

## **A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

Autora: Carmelita Lutkmeier  
Assistente de Economia Solidária  
OSCIP Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade  
[carmelitalutkmeier@gmail.com](mailto:carmelitalutkmeier@gmail.com)

Orientador: Rodrigo Maurício Freire Soares | [rmssoares@ufba.br](mailto:rmssoares@ufba.br)  
Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social - UFBA  
<http://lattes.cnpq.br/073880664698634>

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma discussão sobre a estratégia dos Projetos do Pronasci a partir da experiência da OSCIP – Guayí que executa o Projeto de Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência e suas implicações nas políticas públicas já implantadas nestes espaços, sua interlocução com gestores públicos, entidades parceiras e a expectativa em relação aos resultados quanto à implantação destas políticas. Pretende também associar a importância destas políticas para o desenvolvimento local considerando que a meta principal é a constituição de empreendimentos autogestionários, a partir de parcerias com os poderes públicos e entidades que atuam no território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; segurança urbana; políticas públicas;

**ABSTRACT:** This article intends to provoke a discussion about the strategy of the Pronasci Project from the point of view of the OSCIP – Guayí's experience which executes the Project of Solidary Economy as a strategy for preventing violence and its effects in the public policies that have already been applied in such fields besides its relationship which Public Managers, partner organizations and the expectation concerning the results of the implementation of those policies. It also aims to stress the importance of those policies to local development taking into account that the main goal is building self-manageable enterprises by setting up partnerships with governments and organizations that play a role in the territory.

**KEY-WORDS:** Solidary Economy; Public Safety, Public Policies.

# **A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

*Enquanto permanecemos  
hipnotizados pela miragem  
do insolúvel, deixamos de resolver  
aquilo cuja solução depende de nossa  
vontade e iniciativa.  
Jurandir Freire Costa*

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo propõe uma discussão sobre a estratégia dos Projetos do Pronasci a partir da experiência da OSCIP – Guayí que executa o Projeto de Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência e suas implicações nas políticas públicas já implantadas nestes espaços, sua interlocução com gestores públicos, entidades parceiras e a expectativa em relação aos resultados quanto à implantação destas políticas. Pretende também associar a importância destas políticas para o desenvolvimento local considerando que a meta principal é a constituição de empreendimentos autogestionários, a partir de parcerias com os poderes públicos e entidades que atuam no território.

O projeto está em execução pela OSCIP - Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, por intermédio do convênio nº 723880/2009 da Secretaria Nacional de Justiça/MJ e Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

O objetivo geral do Projeto é desenvolver, nos Territórios de Paz – PRONASCI/RS, processos voltados a fomentar a economia solidária para geração de trabalho e renda como parte central de uma política mais ampla de prevenção à violência, com mobilização das comunidades e articulação com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas. Como objetivos específicos que estão elencados no convênio, os seguintes:

- Fomento a economia solidária e ao desenvolvimento local em comunidades em situação de vulnerabilidade social submetidas à violência e à criminalidade;
- Apoio a organização e ao fortalecimento comunitário;

- Articulação com os municípios Pronasci e às instituições do sistema de justiça criminal e execução penal, com o objetivo de criar condições de reinserção social a partir da economia solidária.

As metas do projeto, conforme consta no Plano de Trabalho são as seguintes:

**META 1: Fomento a economia solidária no Território de Paz – Ações:**

**Sensibilização e mobilização:** período onde o Projeto é apresentado à comunidade, associações e lideranças.

**Recuperação da história da comunidade:** este é um grande momento do projeto, pois ao ouvir e recuperar sua história a comunidade reconstrói sua identidade.

**Diagnóstico local:** onde é realizada uma radiografia do território mostrando para a comunidade de suas potencialidades e fragilidades.

**Boletim com a história da comunidade:** a elaboração e o lançamento do boletim é um momento de mudança na autoestima da cidadania local, pois está ali relatado a história da comunidade, o diagnóstico e os projetos que estão em execução no local.

**Oficinas de formação para cidadania:** é o ciclo de quatro oficinas visando capacitar os moradores e moradoras para uma nova convivência comunitária, os temas abordados são:

**Formas Alternativas de Prevenção à Violência:** tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a violência e seus elementos constitutivos, provocando um novo olhar sobre o problema que permita ir além das aparências e do senso comum.

**A sociedade em que vivemos:** Estabelece a discussão de como a sociedade e o Estado se consolidaram e o que é preciso fazer para mudar a correlação de forças.

**Participação e Cidadania:** propõe resgatar a luta e a organização da sociedade como forma de transformação social para garantir direitos e, dentre eles o direito à participação para a construção de uma sociedade democrática.

**Economia Solidária e Desenvolvimento Local:** esta oficina introduz a temática da autogestão e o desenvolvimento do território.

**Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário:** é a elaboração de um planejamento que será a pauta que a comunidade irá trabalhar para desenvolver o território e melhorar os serviços públicos e tem as seguintes ações:

- Conselho Comunitário de Desenvolvimento Local e Prevenção à Violência
- Elaboração de Projetos de Fomento
- Busca de parceria para o desenvolvimento da economia solidária local

**Meta 2 – Articulação com os municípios e os órgãos do sistema de justiça criminal.**

**Meta 3 – Apoio a organização e fortalecimento a EES.**

O projeto teve início em julho 2010 e está em execução nos 16 Territórios de Paz do PRONASCI/RS e em 13 municípios, sendo que a meta é a constituição de 12 empreendimentos de Economia Solidária. A previsão de término do projeto está condicionada ao funcionamento dos empreendimentos autogestionários.

### **3. JUSTIFICATIVA**

O crescimento da violência e da criminalidade produz cada vez mais situações trágicas para a vida individual e comunitária. É grande o drama das famílias que a cada dia vêem seus filhos e filhas envolvidos com as drogas, tanto como agente de transporte e venda ou como usuários, isso sem contar com a ausência de leitos para tratamento de parte do Sistema Único de Saúde, pois ainda não há atendimento adequado para o tratamento dessa doença social.

Soma-se a este drama as poucas alternativas de trabalho para esta juventude e o baixo desenvolvimento social e comunitário nestes territórios, o resultado é o que assistimos diariamente, altos índices de violência associados a um sistema prisional que se tornou uma grande escola para especialização de crimes.

Frente a isso, faz-se necessária a implantação de ações inovadoras, que atinjam as causas mais profundas da violência, e que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, em especial, das comunidades com altos índices de homicídios e crimes violentos.

Nos últimos anos o Governo Federal trabalha na implantação de políticas públicas na área da segurança urbana com objetivo de recuperar o espaço perdido para o tráfico de armas e de drogas nas últimas décadas.

O PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania, através de projetos e ações, é o programa que destina recursos para prefeituras e entidades do movimento social com objetivo de melhorar a realidade nos Territórios de Paz, que são regiões escolhidas através de indicadores de vulnerabilidade social e índices elevados de violência

O programa do Ministério da Justiça, executado através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, possui como metas principais beneficiar, direta ou

indiretamente, 3,5 milhões de pessoas entre profissionais de segurança pública, jovens e suas famílias e conseqüentemente, através destas ações, buscar a redução do número de homicídios, dos atuais 29 por 100 mil habitantes para 12 homicídios por 100 mil habitantes, nos próximos quatro anos.

O Pronasci está organizado a partir de três eixos que envolvem ações comunitárias, policiais e estruturais e contou com orçamento de R\$ 1.406 bilhões em 2011.

Dentro das Ações Comunitárias estão previstos três projetos que são as Mulheres da Paz, o Protejo e Reservista Cidadão. Nas ações Policiais estão previstos dois projetos que são o Bolsa-Formação e Habitação para trabalhadores na área da segurança pública.

Já nas ações estruturais estão previstas sete projetos que são os seguintes: Força Nacional de Segurança Pública, Escola Superior da Polícia Federal, Controle de Rodovias, Estruturação dos estabelecimentos penais, Lei Orgânica das Polícias Civis, Regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Campanha Nacional de Desarmamento.

Os projetos Mulheres da Paz e Protejo são os mais importantes, dentro do nosso ponto de vista, por atuarem diretamente nas comunidades e trazerem como objetivos principais o desenvolvimento do protagonismo social e o acompanhamento dos jovens por parte das mulheres após um período de capacitação de seis meses.

Em que pese todo o empenho de parte da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça em investir nos projetos Mulheres da Paz, Protejo e demais ações voltadas à redução da violência e da criminalidade, os resultados são difíceis de mensurar, pois ainda se misturam com outras variáveis nos indicadores de redução da violência, quando redução acontece, nos territórios onde são desenvolvidos. Como principal crítica a esta implantação apresenta-se a forma de terceirização que é feita pelas prefeituras, onde as “empresas/entidades” apresentam o menor orçamento, sucateando a política pública antes mesmo de iniciá-la, e com isso a conseqüente precarização do trabalho realizado pelas equipes contratadas.

Acrescenta-se a esta precarização a utilização dos recursos por parte dos gestores com finalidade político-eleitorais, ocasionando visível partidarização dos projetos do Pronasci, como é de conhecimento público o que ocorre numa cidade da região metropolitana, onde o gestor alugou o mesmo endereço onde funcionou o seu comitê eleitoral na eleição de 2008 para a sede do projeto “Mulheres da Paz”, e que

por coincidência, selecionou as mulheres que trabalharam em sua campanha para integrarem o projeto.

Apesar das distorções existentes na execução dos projetos é importante ressaltar o surgimento, através destes projetos, do protagonismo social para a juventude e mulheres, como forma de consolidar lideranças e com isso incentivar a organização comunitária nos territórios.

É necessário aqui destacar a importância dos projetos Mulheres da Paz e Protejo como modelo de criação do protagonismo social representado por mudanças na organização comunitária, pois aproxima e capacita os jovens e mulheres para exercício da cidadania nas comunidades, dando condições de exercerem a crítica social, além de possibilitar iniciativas de recuperação de processos interrompidos de alfabetização e a liderança frente às demandas locais.

Além das ações desenvolvidas com o foco na segurança urbana é necessário também criar perspectiva de desenvolvimento social e econômico, orientados pela solidariedade e pela participação comunitária, contribuindo para uma nova estratégia de enfrentamento da violência e de constituição de relações sociais solidárias. Neste sentido, também é fundamental o desenvolvimento de metodologias e alternativas de reinserção social das pessoas egressas do sistema penitenciário, em especial, os jovens entre 18 e 29 anos, integrando-os à vida comunitária com apoio de suas famílias.

A partir desta perspectiva que a Economia Solidária se apresenta como possibilidade de consolidação de novas relações econômicas, sociais e solidárias, na medida em que possibilita repensar as relações de trabalho e de vida nas comunidades, se propõe também a intervir nas relações de capital e trabalho, no sentido que desenvolve a autonomia dos trabalhadores, que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e também valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas

Este artigo justifica-se pela relevância de análise de um projeto inovador que procura mudar a cultura dos agentes públicos e das lideranças comunitárias quanto aos conceitos de violência e direitos humanos.

Pretende-se aqui discutir as dificuldades de parte dos gestores públicos, das mudanças que poderiam ocorrer nos territórios a partir de parcerias construídas pelo projeto. Busca-se também neste artigo elaborar críticas quanto à atuação dos agentes

envolvidos nestas ações, que também apresentaram dificuldades de compreensão sobre a execução do mesmo e o que poderá ser feito, a partir de novas modalidades de políticas públicas e que através dos processos de capacitação, qualifiquem também a participação da sociedade civil na execução destas ações.

A capacitação se deu no aprofundamento dos conceitos de economia solidária, desenvolvimento local, direitos humanos e concepções alternativas de segurança pública.

#### **4. METODOLOGIA**

Através de levantamento bibliográfico analisou-se a experiência do Pronasci como estudo de caso. A metodologia utilizada foi a pesquisa do tipo qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores que formularam o projeto, de lideranças comunitárias e alguns gestores envolvidos na execução do mesmo. Ao final, optou-se pela sistematização das informações coletadas a partir da análise FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas, ameaças).

#### **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

##### **5.1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O ressurgir da Economia Solidária traz uma reflexão em torno dos conceitos e concepções acerca do desenvolvimento econômico e da dinâmica econômica histórica sob o capitalismo. (Bacellar, 2006)

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas sustentáveis – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob os princípios da autogestão.

A autogestão significa, de forma geral, a organização e o controle do processo de produção pelos próprios trabalhadores associados, que decidem também sobre a destinação do produto. Para isso, uma condição fundamental é a de que os meios de produção (máquinas, equipamentos, etc.) sejam propriedades coletivas dos próprios trabalhadores. E exige ainda a participação democrática (uma pessoa, um voto) em todas as decisões que afetam a associação, evitando-se com isso a criação de castas de dirigentes que decidem sem produzir, separado dos que produzem sem decidir.

As experiências de autogestão não se confundem com as organizações cooperativas. A cooperativa pode ser a forma jurídica adotada pelos trabalhadores associados para levarem adiante a produção de bens ou serviços de maneira autogestionária. Mas outras formas jurídicas são também possíveis de serem utilizadas, como a própria forma associativa, movimentos sociais, organizações comunitárias, redes de cooperação, complexos cooperativos.

O que importa, portanto, não é a forma jurídica adotada para efetivar a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores. O que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura num espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo social, socioambiental, político e cultural.

A Economia Solidária deve ser vista como uma estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda e articulada aos processos de desenvolvimento local participativo e sustentável.

Como princípios gerais da Economia Solidária (FBES), destacam-se:

**Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável e com a sustentabilidade local; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas de empreendimentos sustentáveis, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem limitar o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;



**Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha democrática dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas recuperadas (assumidas pelos trabalhadores); associações comunitárias de produção sustentável; redes de produção, comercialização e consumo sustentáveis; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;

**Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para extração, produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo sustentáveis. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

## **5.2 – SEGURANÇA URBANA**

A partir do lançamento do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania, pelo Ministério da Justiça em 2005, vem se consolidando um novo conceito na área de segurança urbana, não mais centrado na expectativa de resultados positivos das “batidas policiais”, mas com a participação da sociedade civil ativa nas discussões para um novo modelo de segurança.

Atualmente assistimos a implantação, no Rio de Janeiro, das UPP - Unidades de Polícias Pacificadoras, que além do policiamento, trazem para as comunidades as políticas públicas como cultura, saúde, lazer e educação, associadas a um novo modelo de convivência comunitária.

A partir deste novo conceito que os Ministérios da Justiça, representado pela Secretaria de Segurança Pública e o Ministério do Trabalho, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária lançaram o edital para a execução do Projeto “Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência” em 2009, para a implantação de empreendimentos de economia solidária nos Territórios de Paz do Pronasci no RS, com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e assim contribuir para redução dos índices de violência e a criminalidade nestas comunidades.

Dentro deste conceito de segurança associado ao desenvolvimento local os moradores dos territórios de paz são atores fundamentais, através do protagonismo social e o reconhecimento das potencialidades locais, para que haja uma efetiva redução da criminalidade e que a cidadania prevaleça, para tanto foi privilegiado nestes projetos as capacitações em direitos humanos e segurança urbana, além das temáticas de autogestão, viabilidades e sustentabilidade dos empreendimentos, a constituição de jurídica, planos de negócios e cooperativismo, com profissionais capacitados para ministrar as aulas.

## **6. A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA**

Com o objetivo de analisar a experiência do Projeto, foram identificadas algumas dimensões que se relacionam diretamente com a estratégia em utilizar a Economia Solidária como fator de prevenção à violência. Neste sentido, trabalha-se aqui com as dimensões da parceria com a gestão pública, equipe de trabalho, público alvo e criação dos empreendimentos de economia solidária.

### **Dimensão 1 - Parceria com a Gestão Pública**

Ao desenvolver esta experiência no Projeto executado constata-se, em primeiro lugar, a dificuldade da gestão pública em tratar com intervenções ocorridas nos territórios que são alheias ao seu controle e se integrar a esta vivência na comunidade, foram poucos os territórios em que os gestores/as souberam acompanhar e aprender neste processo, pois na maioria das cidades ocorreu uma negação deste trabalho, não souberam capitalizar esta parceria como uma ferramenta da gestão e se apresentar como co-partícipes nesta história, contribuindo assim para fragilizar a execução, pois nestas cidades também estavam em execução outros projetos do Pronasci e que ocorriam em momentos isolados desta experiência, aumentando assim a dificuldade da comunidade em entender esses processos como a realização de uma política pública.

Os Conselhos municipais e Fóruns regionais também ficaram à margem, muito pela frágil compreensão do processo integrador que estava em curso nas comunidades e reforçado pelas divergências político-partidárias existentes nos locais.

## **Dimensão 2 - Equipe de trabalho**

A equipe de trabalho é formada pelo Coordenador e adjunto, cinco assistentes de economia solidária, responsáveis cada um/a por, em média, quatro territórios, 16 agentes de desenvolvimento local, um agente para cada território de paz, além da equipe técnica que conta com cinco pessoas, sendo um técnico social, assistente de formação, estagiário, assistente administrativo e assistente financeiro.

Pode-se apontar como problema o modelo de seleção adotado pela entidade, o qual estava, na maioria dos casos, associado às lideranças políticas vinculadas aos territórios ou que tenham pretensões eleitorais futuras em cada comunidade. Este foi um dos fatores que gerou maior dificuldade no trabalho, pois muitos destes agentes não integravam as comunidades, e sendo pessoas estranhas a esta houve demora no reconhecimento do local, dificuldade de acesso às lideranças no território, além de muitas vezes serem ausentes em relação ao trabalho, não comparecendo às reuniões de formação e não se integrando à equipe.

Quanto à coordenação executiva, acredita-se que houve uma inovação pela implantação de um modelo autogestionário na sua essência, mas talvez a equipe não estivesse madura o suficiente, ou os integrantes não tinham a compreensão de suas tarefas, e ficaram assistentes e agentes, com dificuldade de integração colaborando com o atraso na execução do projeto.

Outro fato que chama atenção, o de não haver um acompanhamento efetivo do cronograma de execução no seu conjunto, as ações previstas eram apresentadas a partir das reuniões do coletivo do projeto, não havendo um monitoramento de cada território e uma avaliação das situações em atraso, gerando um descompasso sem que fosse tomada uma atitude nos casos críticos.

## **Dimensão 3 – Público-Alvo**

Este foi um grande desafio enfrentado na execução do Projeto, que foi contatar com o público beneficiário que conforme consta no Plano de Trabalho são “jovens em situação de vulnerabilidade social, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos de sistema prisional e/ou familiares”.

De início houve uma rejeição em relação a um segmento do público beneficiário, na apresentação do projeto nas comunidades e nos espaços institucionais, o que já dava para antever a dificuldade em integrar os egressos do sistema prisional e/ou seus familiares nos empreendimentos, mas a dificuldade também se manifestou na

localização e integração deste público para a convivência nas propostas dos grupos autogestionários.

O diálogo com esta população do projeto se tornou uma tarefa árdua, talvez por ser um público que demande conhecimentos específicos para se conquistar a confiança e estabelecer vivências mais próximas, e também por estar associado ao critério de ser egresso do sistema prisional e/ou cumprindo medidas sócio-educativas, acentuando a dificuldade de aproximação e o estabelecimento de diálogo.

#### **Dimensão 4 – Criação dos empreendimentos de economia solidária**

Uma etapa deste Projeto requer um capítulo à parte, que é o da constituição dos empreendimentos de Economia solidária, pelas suas especificidades e pela dificuldade de implantação acima das expectativas iniciais. Na maior parte dos casos essa dificuldade advém da baixa escolaridade e da inexperiência das comunidades nesta nova forma de trabalhar, produzir e desenvolver coletivamente.

Há também a pouca compreensão do que significa empreendimento autogestionário aliado à cultura da realização de tarefas determinadas nos processos produtivos convencionais, ao mito da carteira assinada e ao recebimento de um salário mensal aumentando assim a dificuldade na organização dos grupos para formação dos empreendimentos.

Soma-se a estes fatos os conflitos já cristalizados nos territórios, advindos de outras experiências e a existência de lideranças autoritárias, que ao se apropriar de determinados conhecimentos criaram uma resistência à convivência e ao trabalho coletivo.

Visando melhorar a compreensão dos/das integrantes e a busca da superação dos conflitos instalados, o projeto propõe, nesta etapa, um novo ciclo de capacitação, agora voltado à constituição e administração dos empreendimentos:

Esta etapa prevê a realização de nove oficinas no processo de formação dos empreendimentos de economia solidária:

1. Economia Solidária e Diagnóstico Participativo;
2. Organização do Empreendimento e Autogestão;
3. Viabilidade Econômica;
4. Sustentabilidade Ambiental e Direitos Humanos;
5. Plano de Produção;
6. Ferramentas de Gestão;

7. A sociedade em que Vivemos e Formas Alternativas de Prevenção à Violência;
8. Plano de Comercialização;
9. Estatuto, Formalização do Empreendimento e Plano de Negócios;

Após vários meses e a realização de muitas reuniões e atividade de capacitação, o projeto tem hoje organizado 15 empreendimentos nos 12 territórios, sendo que em alguns foram criados dois ou três grupos beneficiados com o recurso, respeitando sempre as escolhas e as experiências existentes ou já realizadas nas comunidades.

A maioria dos empreendimentos está na área da confecção (4), padaria (3), comunicação/serigrafia (3), artesanato (2), manutenção predial (1), alimentação (1) e produção de tênis, bolsa e acessórios (1).

Até o momento a situação mais promissora é a do empreendimento que confecciona tênis, bolsas e acessórios, por integrar uma comunidade com identidade de trabalho e de cultura no município de Novo Hamburgo com tradição na manufatura de calçados e acessórios, esse grupo se organizou para integrar e expandir a cooperativa que confecciona e exporta esses produtos e a partir deste contexto inicia com o processo de geração de trabalho e renda.

## **6.1. SÍNTESE DA PESQUISA APLICADA AOS ATORES**

Com base no que propõe a Economia Solidária e as políticas de segurança e prevenção à violência, observa-se alguns indicadores de mudança de comportamento nas comunidades, muito a partir da constituição do Plano de Desenvolvimento Local e o início das atividades dos empreendimentos autogestionários, pode-se considerar como indicador de mudança as práticas de reuniões que estão acontecendo em alguns territórios, e iniciativas junto aos gestores públicos para solução de demandas existentes e a procura por informações sobre novas possibilidades de políticas públicas.

Observa-se também um novo olhar sobre a questão da segurança local, não mais centrada nas polícias civil e militar, mas através de iniciativas mais solidárias com quem antes era considerado “marginal” nas comunidades, há uma preocupação, em alguns territórios quanto à geração de renda destas populações até então consideradas perigosas.

Essa visão é observada no discurso dos gestores públicos, agentes e coordenação do projeto Pronasci. Foram realizadas 12 entrevistas semi-estruturadas, junto aos

gestores públicos, integrantes da Coordenação do Projeto, assessores de economia solidária e agentes de desenvolvimento local. As respostas compõem um quadro analítico de potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças, que traduzem, de forma sintética, a visão destes atores entrevistados. Na metodologia, as potencialidades e fraquezas estão situadas no âmbito interno e de governabilidade dos atores, enquanto as ameaças e oportunidades estão no âmbito externo, de menor governabilidade dos atores.

**Quadro 1. Potencialidades e Fragilidades na visão dos atores**

<b>Ator Social</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>	<b>FRAGILIDADES</b>
<b>ASSISTENTES E AGENTES DO PROJETO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior articulação entre poder público e sociedade civil</li> <li>• Parcerias entre setor público e privado;</li> <li>• Criação de condições concretas de emancipação dos trabalhadores</li> <li>• Reconhecimento de parte dos trabalhadores e das trabalhadoras das possibilidades de autogestão;</li> <li>• Estimulo à organização comunitária;</li> <li>• Diagnóstico local</li> <li>• Reconstituição da história da comunidade</li> <li>• Integração de outros programas e projetos às ações desenvolvidas nas comunidades;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa participação da comunidade</li> <li>• Equipe de trabalho muito enxuta sobrecarregando os agentes e assessores e demais membros da equipe</li> <li>• Agentes residindo fora da comunidade causando a demora no reconhecimento do projeto;</li> <li>• Por ser política pública experimental os entraves burocráticos dificultam uma consistência maior na sua execução. O Estado não está preparado para ser o indutor e reproduz um sistema econômico incompatível com a</li> </ul>

		<p>proposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agentes sem relação direta com a comunidade impedindo uma presença diária e uma relação legítima como morador;</li> <li>• Baixa remuneração dos Agentes de Desenvolvimento Local</li> <li>• A não compreensão da totalidade do projeto de parte da comunidade, enfraquecendo a experiência</li> </ul>
<p><b>GESTORES PÚBLICOS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução do conceito de desenvolvimento local e regional nas comunidades;</li> <li>• Fortalecimento das articulações entre gestores públicos, lideranças comunitárias e empreendedores estabelecidos nas comunidades;</li> <li>• Implantação de projetos similares em outros territórios da cidade através de parcerias com governo estadual, federal e a entidade executora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca compreensão sobre os novos conceitos sobre segurança pública, desenvolvimento local e economia solidária de parte dos agentes públicos;</li> <li>• Agenda dos gestores públicos impede uma dedicação maior à execução e às ações integradas;</li> <li>• Visão tradicional de economia e segurança dificulta diálogo entre entidade executora, agentes públicos e</li> </ul>

		comunidades sobre estas temáticas
<b>COORDENAÇÃO DO PROJETO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução de novos conceitos sobre a questão segurança urbana, a autogestão e as tecnologias sociais;</li> <li>• Realização de oficinas, reuniões e ações voltadas a fomentar a organização comunitária;</li> <li>• Discussão sobre o desenvolvimento local gerando demandas e debates entre poder público e comunidades;</li> </ul>	

Fonte: Elaboração Própria, 2012

**Quadro 2 – Oportunidades e Ameaças na visão dos atores envolvidos na concepção/operacionalização da Política Pública**

<b>VISÃO DO ATOR</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>ASSISTENTES AGENTES DO PROJETO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho regional de desenvolvimento</li> <li>• Fomento ao desenvolvimento local e regional;</li> <li>• Geração de trabalho e renda</li> <li>• Lideranças mais capacitadas para a convivência comunitária;</li> <li>• Redução dos conflitos entre moradores;</li> <li>• Plano de Desenvolvimento local</li> <li>• Melhora na percepção da comunidade após a reconstituição de sua história;</li> <li>• Comunidade empoderada para cobrar demandas na saúde, educação,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade na consolidação e reconhecimento como política pública de parte da gestão pública;</li> <li>• Impossibilidade de acompanhamento dos empreendimentos devido ao término dos recursos;</li> <li>• O não comprometimento dos gestores públicos como articulador e integrador das ações;</li> <li>• Mudança da equipe dos</li> </ul>



	habitação, segurança e outras demandas.	gestores públicos após processo eleitoral 2012 poderá inviabilizar os empreendimentos até então constituídos;
<b>GESTORES PÚBLICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgimento de novas lideranças locais e regionais;</li> <li>• Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local oportuniza organizar a demanda da comunidade através da Entidade executora;</li> <li>• Constituição do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Local colabora com a melhoria das relações entre gestores e comunidades;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendimentos sem assessoria após o término do Projeto;</li> <li>• Cobranças de parte das lideranças quanto aos modelos tradicionais de segurança pública após encerramento do Projeto;</li> <li>• Ingresso de novos trabalhadores incidindo sobre a gestão após o acompanhamento da entidade executora;</li> </ul>
<b>COORDENAÇÃO DO PROJETO</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto leva para as comunidades questões de média complexidade e contradiz as visões tradicionais exigindo tempo maior para o amadurecimento destas discussões;</li> <li>• Necessidade de consolidar os novos conceitos e novos modelos de relações estabelecidas com a população e os gestores públicos</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A garantia das mudanças dos conceitos de territorialidade e identidade comunitária;</li> <li>• Coordenação das ações deixadas no território - Continuidade dependente de pessoas (e não de organizações)</li> </ul>
--	--	--

*Fonte: Elaboração Própria, 2012*

A partir desta experiência percebe-se que é uma oportunidade promissora do ponto de vista do desenvolvimento local, gerando sinergia importante para o surgimento de outros empreendimentos articulados para a formação de cadeias produtivas locais. Claro que para atingir esta meta outras políticas públicas deverão ser disponibilizadas, como o maior volume de recursos públicos, o micro crédito e as demandas socialmente orientadas, para que a produção seja absorvida pelo Estado, quando possível, e a indispensável criação de espaços de comercialização.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do ponto de vista da segurança pública é importante observar algumas mudanças no comportamento da comunidade a partir desta experiência, é necessário entender que não basta exigir ampliação do policiamento, exigir mais armas e a prisão dos que já estão marginalizados, é indispensável à implantação de modelos de convivências mais solidárias, procurando reinserir na vida comunitária essa população que está fragilizada e disponível para ingressar nas redes do tráfico, e capacitá-las para autogestão e incluindo-as nas cadeias produtivas que se formarão daqui em diante a partir destas experiências nos territórios.

Recomenda-se aqui a discussão desta temática da Economia solidária e da autogestão na comunidade escolar e nos Conselhos Municipais de Educação, como forma de impulsionar mudança dos currículos de ensino fundamental e médio, construindo esses conceitos na formação dos estudantes, quebrando assim o

círculo vicioso da ilusão do emprego com carteira assinada e a inserção dos jovens no mercado de trabalho explorador e alienado.

Sobre as escolhas dos empreendimentos observa-se um receio e/ou ausência de estímulo para a inovação em novas tecnologias de parte dos integrantes dos empreendimentos, resultando numa repetição de produção já existentes e ligadas às tecnologias tradicionais, como a confecção, a serigrafia e a padaria, gerando um cenário, nos territórios, que dificulta a visibilidade entre os empreendimentos já existentes, de ordem individual e as novas experiências resultantes do projeto que ora se discute.

Para construção de novas formas de produção e tecnologias sociais é importante contar com o apoio das universidades, a partir da dedicação e pesquisa da comunidade acadêmica desta nova realidade produtiva, especialmente as áreas voltadas à Tecnologia Social e Política Científica e Tecnológica, que já traz em sua matriz as inovações e formas de produção alternativas voltadas às incubadoras tecnológicas.

Dentro da questão do desenvolvimento regional os resultados ainda não são observados, pelo atual estágio da Economia solidária no Estado e na região, como forma de acelerar o processo é importante destacar a necessidade da criação de espaços de diálogos institucionais e no movimento social sobre este tema na perspectiva da Economia solidária. Aponta-se que as ferramentas para implementar estes espaços sejam a realização de feiras regionais mais freqüentes e os centros públicos de comercialização. Experiências de onde foram implantados esses equipamentos mostram que após o início das atividades o diálogo entre gestores, empreendimentos e entidades de apoio ganharam uma nova dimensão, se tornando uma prática cotidiana a resolução dos problemas e encaminhamentos das demandas. Além de atender e organizar novos empreendedores que se disponham a trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária.

Outro aspecto importante é o acesso aos bancos comunitários e às linhas de crédito disponíveis para o fomento ao desenvolvimento local e regional. Sabe-se que grandes volumes de recursos estão disponíveis ao latifúndio e à indústria e muitas vezes são anistiados dos pagamentos, que historicamente pressionam o Estado, via imprensa e Congresso Nacional. Entendemos que cabe às Entidades de Apoio que assessoram os empreendimentos o papel de formar este movimento dentro da Economia Solidária para pressionar o BNDES e o sistema bancário a disponibilizar

recursos para as cadeias produtivas e aos trabalhadores e trabalhadoras organizados/as, buscando assim socializar os recursos públicos de forma justa e equânime.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACELLAR, Tânia. Economia Solidária in: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I, 2006, Brasília. Anais.

BENINI, Édi e organizadores. Gestão Pública e Sociedade – Fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária – 1ª e 2ª edição. São Paulo – Outras Expressões – 2011/12;

CHAVES, Daniela Freitas e PINTO, Maria de Jesus – Economia Solidária Como Alternativa de Desenvolvimento Regional – T& C Amazônia, Ano V, nº 10 – 2007.

LIMA JR., Olavo B.; SILVA, Ana de Abreu; LEITE, Maria Cláudia. Intervenção planejada na realidade social: escopo e limites da pesquisa de avaliação. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

PRAXEDES, Sandra – Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias – Mercado de Trabalho, IPEA, 39, 2009.